



- *um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo*
- *um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade*
- *um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos*

UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

À PROCURA DE UMA NOVA ORDEM

O projecto de instaurar uma nova ordem económica internacional nasceu, por um lado, da constatação objectiva de situações graves, por vezes dramáticas, que afectam uma grande parte da população mundial e, por outro lado, das aspirações a mais justiça, mais equidade e mais solidariedade que se manifestam no seio dos povos vítimas dessas situações. Estas constatações e estas aspirações conduzem à tomada de consciência da necessidade de uma **mudança**.

A disparidade crescente entre a riqueza dos diferentes países — disparidade que resulta, por um lado, das condições de produção dos bens materiais e, por outro, do actual sistema de trocas internacionais — é reforçada, no interior de cada nação, por uma repartição desigual entre as diferentes categorias sociais e, em muitos casos, por uma desluzagem entre as cidades e as aldeias. Assim, a linha de demarcação entre a pobreza e a riqueza não só separa os países em dois grupos como se encontra também no plano nacional e no plano geográfico.

De um modo geral, a «economia internacional» está em situação de crise e as repercussões dessa situação fazem-se sentir com mais ou menos dureza nos diferentes países. São os países mais desprovidos os mais afectados. Os mais poderosos conseguem, servindo-se das suas reservas ou da sua influência, proteger-se melhor contra os efeitos desta situação. Recessão económica no domínio da produção e das trocas, inflação descontrolada, instabilidade dos preços e das moedas, dificuldades de emprego — tais são os sintomas mais aparentes desta crise que, por toda a parte, cria um clima de incerteza e de insegurança. A crise propaga-se como uma doença contagiosa, agravada pela inter-dependência das pequenas economias e pela tentação de cada país reforçar o seu protecção-

nacional, com o risco de aumentar ainda mais o isolamento entre ricos e pobres.

Assim, as dificuldades da situação actual conduzem os povos a sentirem a necessidade de operar uma transformação profunda, a fim de substituírem a «desordem estabelecida» por uma nova ordem mais justa e mais equitável.

O sistema internacional parece incapaz de explicar e de dominar os acontecimentos económicos nas suas manifestações mais recentes. Sem dúvida porque este sistema não está adaptado à dimensão mundial dos problemas, às aspirações legítimas dos novos estados e às necessidades das pessoas. Impõe-se uma revisão dos próprios postulados da ciência económica, à luz dos novos fenómenos económicos, sociais e políticos.

O futuro apresenta-se assim com uma larga margem de incerteza, apesar de todos os esforços de clarificação científica, pelo que se impõe uma concertação política entre todos os países, de modo a que as escolhas que interessam a comunidade mundial no seu conjunto possam ser participadas por todos. A instauração de uma nova ordem internacional inscreve-se neste contexto e supõe uma reflexão sobre os poderes internacionais actuais (poderes institucionalizados e poderes de facto) e sobre a sua organização.

Todos os países têm que fazer face a desafios globais que põem em questão o futuro da humanidade, quer se trate de problemas que decorrem do crescimento demográfico, dos perigos da degradação do ambiente natural e humano, das manipulações genéticas tornadas possíveis pelo progresso científico, da revolução da informática com as suas repercussões sobre a comunicação e a liberdade de informação ou ainda de outros problemas. Estes fenómenos são de índole a transformar profundamente as civilizações e as culturas e podemos perguntar-nos com razão a que tipo de nova sociedade eles darão lugar.

A interdependência das diferentes sociedades humanas vai de par com a interdependência dos problemas que se põem aos homens de hoje. A perspectiva planetária impõe-se como facto irreversível. Num tempo em que, tanto ao nível da informação como ao nível da acção, as dimen-

sões da terra não cessam de se reduzir, os problemas mundiais não podem continuar a ser considerados isoladamente; eles constituem elementos estreitamente associados uns com os outros e só podem ser interpretados numa perspectiva global.

PARA ALÉM DO ECONÓMICO

A tomada de consciência da necessidade de uma mudança fez-se, como era de esperar, a partir de constatações e aspirações de ordem económica. Os povos querem, antes de mais, poder viver melhor, beneficiando dos bens de produção modernos repartidos de forma mais justa. Este predomínio dado à economia justifica-se pela urgência dos problemas sentidos. Mas se pensamos em instaurar uma nova ordem internacional é necessário alargar o conceito tradicional das trocas económicas e, ainda mais, ultrapassar o domínio económico propriamente dito.

Hoje em dia, as trocas económicas já não são apenas de ordem comercial (troca de produtos, cujos mecanismos e preços é necessário fixar), nem mesmo de ordem financeira (circulação de capitais e posição relativa das moedas), embora estes dois domínios permaneçam muito importantes. As trocas económicas são hoje indissociáveis de questões como: a repartição geográfica e sectorial das capacidades de produção (a qual se liga aos tipos de desenvolvimento agrícola ou industrial), a estrutura dos sistemas de consumo e a prioridade a conceder à produção dos bens; a transferência e a adaptação das tecnologias, etc. Para além das suas implicações directamente económicas, todos estes problemas implicam um conceito mais amplo de sociedade e mesmo de escolha de civilização. A finalidade da «nova ordem económica internacional» ultrapassa, pois, o domínio propriamente económico para visar não só uma tomada de consciência comum do valor das coisas e da sua justa repartição, mas o desenvolvimento de «todos os homens e do homem total», num processo cultural integral, implicando a identidade nacional, as relações sociais, a educação, o bem-estar, etc.

A procura de uma nova ordem internacional implica uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento procurando definir o seu conteúdo e a sua orientação. Com efeito, a própria verificação de que os recursos

terrestres, renováveis ou não, são limitados, mostra que o modelo de desenvolvimento ocidental não pode ser generalizado, nem no espaço nem no tempo. O progresso fundado sobre este modelo, considerado até ao presente como potencialmente universalizável, confronta-se, a partir de agora, com contradições fundamentais.

A reflexão sobre a instauração de uma nova ordem económica internacional conduz assim a um exame crítico dos modelos de crescimento das próprias sociedades industriais. Este exame surge como necessário quer aos países fortemente industrializados, que se interrogam sobre as possibilidades de conseguirem a sua expansão ao ritmo actual, quer aos países em desenvolvimento que, implicados num esforço intenso de industrialização, pretendem medir os riscos, culturais, sociais e humanos, de uma tal empresa.

O dinamismo das sociedades altamente industrializadas repousa, de facto, sobre um certo número de atitudes e de crenças consideradas até agora como evidentes e positivas, mas que começam a ser postas em questão, pelo menos em parte. O princípio motor das sociedades industriais caracteriza-se por uma racionalidade de tipo puramente operacional, fundada sobre a aplicação eficaz do saber científico; pela convicção de que não há limites para a capacidade humana de dominar a natureza através da ciência e da técnica; por um sistema de explicações que tende a interpretar a realidade global favorecendo as forças materiais do sistema produtivo, submetendo a sociedade inteira aos imperativos económicos e concentrando o poder de decisão num número restrito de centros privilegiados.

Partindo de premissas económicas, a procura de uma nova ordem internacional conduz, pois, a uma reflexão em profundidade sobre a evolução desejável das sociedades e sobre os princípios e critérios que devem reger as suas escolhas e acções.

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Só orientado para os objectivos que a si mesmo se propõem os indivíduos e os grupos, o crescimento poderá tornar-se desenvolvimento, no sentido pleno deste termo; isto é: manifestação e realização de tudo o que existe em estado latente no homem, realização da sua criatividade nos seus aspectos multiformes.

O crescimento aponta para além de si mesmo. O seu significado não pode ser encontrado na sua própria lógica, uma lógica que se fecha sobre si própria e se autojustifique. Trata-se de saber em que horizonte dessa lógica se inscreve, quais as suas finalidades, qual o homem que se realiza através deste processo.

OBSTÁCULOS A ULTRAPASSAR

A amplitude e imprecisão da expressão «nova ordem internacional» conduzem a interpretações diferentes por vezes divergentes, o que constitui um primeiro obstáculo à sua compreensão. Para uns, este conceito é uma espécie de utopia mobilizadora capaz de suscitar reflexões interessantes mas condenada a permanecer ao nível dos princípios e dos slogans. Para outros, trata-se pelo contrário, de uma proposta concreta e coerente, tendente a instaurar mecanismos precisos nas relações entre os povos.

No que se refere à apreciação da situação presente e aos factores que estão na base da procura de uma nova ordem mundial existem também divergências em muitos pontos. Para uns, a situação internacional actual apresenta tais dificuldades, disparidades e incertezas, que só se pode falar dela em termos de «desordem» — desordem que se torna indispensável substituir por uma nova ordem. Outros, sem negar as dificuldades presentes, são de opinião que, ao ampliá-las, se esquecem aspectos positivos da evolução em curso, nomeadamente no que se refere à melhoria do nível de vida dos países em desenvolvimento, em matéria de educação, saúde, etc. Outros ainda, consideram a questão de saber se é ou não necessária uma nova ordem internacional como um assunto de discussão estéril.

As opiniões são também diferentes no que se refere à interpretação dos últimos decénios da nossa história. Alguns não hesitam em condenar globalmente os países desenvolvidos, considerando-os inteiramente responsáveis pelas situações actuais e exigindo-lhes compensações pela exploração abusiva dos recursos naturais e do potencial humano dos países por eles

dominados. Outros, têm dificuldade em aceitar uma responsabilidade tão global, considerando-a sem justificação histórica suficiente. O que se teria passado, perguntam eles, se os países desenvolvidos tivessem interrompido o curso do seu progresso?

Também no que se refere às causas da crise as divergências são patentes. Para uns, ela explica-se sobretudo pela vontade dos países desenvolvidos conservarem a sua situação privilegiada, o seu poder, os seus avanços científicos e tecnológicos, mesmo que para isso se tenham que rodear por um aparelho militar de prestígio, violando assim as regras da cooperação pacífica. Para outros, a origem da crise está no crescimento demográfico incontrolado, que atrasa e compromete o progresso económico causando problemas sérios de emprego e de desemprego. Outros ainda pensam que se trata, antes de mais, de uma crise intrínseca à própria sociedade industrial, pelo menos nas suas formas actuais.

Entre os fenómenos que mais pesam como obstáculo à instauração de uma nova ordem internacional, não podemos deixar de atribuir especial relevo à acumulação de um enorme potencial de armas e ao comércio a que isso dá lugar. Associado ao nível de industrialização, este processo inclui um sistema complexo de produção e de trocas, de poderes e de hegemónias. Como a vontade da paz é simultaneamente condição e objectivo do novo sistema de relações a estabelecer entre os povos, esta dimensão do problema adquire especial relevo e sobre ela se concentra grande parte dos esforços desenvolvidos pelas Nações Unidas e suas agências.

IDENTIDADE CULTURAL

O processo de desenvolvimento é necessariamente multidimensional. Envolve não só as potencialidades e as acções económicas de uma comunidade, mas igualmente a sua coesão social e os seus valores culturais. Entendido no seu sentido mais amplo, o desenvolvimento deve constituir a encarnação, no plano da prática social, pela acção ou pelo sinal, de uma interpre-

tação do universo e da situação do homem.

Nem o crescimento económico nem o desenvolvimento científico se devem operar a custo da identidade cultural de cada povo. Uma futura civilização mundial que se baseasse na uniformidade e na banalidade e não no desenrolar das múltiplas originalidades culturais seria vazia de sentido.

PARA UMA CIÊNCIA LIBERTADORA

A instauração de uma nova ordem internacional é uma empresa global onde devem ser tomados em consideração os factores que contribuem para o desenvolvimento e as suas inter-relações. Nesta perspectiva, importa sublinhar a importância dos factores científicos, tecnológicos e sócio-culturais.

A ciência e a tecnologia, nas suas aplicações modernas, especialmente industriais, são hoje o apanágio dos países desenvolvidos que delas guardam o exclusivo, tendendo a elaborar tecnologias de ponta e a

assegurar, por esse facto, um poder que, de tecnológico, se converte em político e mesmo militar. Ao aumentar o seu potencial económico, os países industriais conheceram transformações sociais consideráveis e veicularam uma concepção científico-tecnológica do devir humano. Estabeleceu-se assim a convicção de que a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento estão indissolvelmente ligados, por razões de causa e efeito, e conduzem a um processo cumulativo, o qual, segundo pensam geralmente os países desenvolvidos,

é o único capaz de responder às necessidades da humanidade no fim do séc. XX.

Hoje em dia, na perspectiva de uma nova ordem internacional, torna-se indispensável a elaboração de uma estratégia internacional do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a longo prazo, tendo em conta a totalidade das necessidades sociais consideradas globalmente. Tal concepção e tal estratégia não deverão ficar exclusivamente entregues à lógica do progresso racional, antes deverão referir-se a objectivos essenciais e a valores fundamentais da vida humana.

A ciência moderna tem-se orientado para um melhor conhecimento dos fenómenos da natureza e para a sua utilização em benefício das necessidades do homem. Durante muitos anos, com efeito, o homem teve que suportar os constrangimentos da natureza — clima, fauna, flora, epidemias — e lutar, através de técnicas elementares, por conseguir equilíbrios de sobrevivência. Hoje a posição é, por assim dizer, inversa: através do seu saber e das suas técnicas, o homem assegurou o poder sobre a natureza e sobre os seus recursos. Depois da conquista dos solos, explorou os sub-solos e procura hoje dominar o mar, no seu solo e sub-solo — imensa reserva de recursos não identificados. A relação homem-natureza viu-se assim transformada: às relações directas que correspondiam aos utensílios e conhecimentos empíricos substituíram-se longos processos de transformação, ciclos e equipa-

mentos altamente sofisticados. Tal é a base proposta pela ciência e pela tecnologia modernas não só para o desenvolvimento económico mas para o domínio dos fenómenos sociais (saúde, conhecimentos, comunicações, etc.).

A ciência especulativa e abstracta deu lugar, pouco a pouco, às ciências aplicadas de tal modo que hoje o que parece fazer mais falta aos homens para justificar os seus esforços e orientar o seu futuro é uma reflexão sobre o sentido: sentido da vida, do esforço humano, da comunicação, da própria vontade de existir (como indivíduo e como colectividade). Verificamos assim que a exigência de adaptação à modernidade do saber científico restitui à investigação teórica, filosófica ou religiosa, o lugar que lhe é devido; do mesmo modo, também a história, e com ela as diversas ciências humanas, adquirem neste contexto uma nova actualidade. Para se saber que mundo construir, que humanidade fazer nascer no mundo de amanhã, é essencial conhecer donde vem o homem e quais as etapas que ele já percorreu. Uma nova ordem internacional não deve instaurar-se apenas a partir de análises de âmbito relativamente curto, mas em função de uma visão do futuro que agarre o homem e as sociedades em todas as suas dimensões e na multiplicidade das suas aspirações e das suas necessidades.

*in «Le Monde en Devenir»
UNESCO, Paris 1976*

VIVER A CRIAÇÃO DO MUNDO

Os primeiros que deixaram de acreditar no exército dos anjos, que deixaram de ver no sol o deus do dia; os que deixaram de adorar a obra das suas mãos, os que mataram ou deixaram morrer os deuses das fontes, os deuses das montanhas, os deuses das florestas; os que foram os primeiros a cessar de prestar culto à nossa mãe terra, os que desprezaram as festas orgiásticas da fecundidade e ousaram tirar dos deuses; os que ultrapassaram os terrores primordiais e julgaram por si próprios a ordem do mundo; os que não tiveram medo de se situarem como homens face a tudo; os que foram os primeiros a descobrir a face interior das coisas e a reconhecer que o sol dos espíritos não era o sol, que as trevas não eram a noite e que era preciso desviar o olhar das coisas para que surgisse, na sua aparente obscuridade, o pensamento triunfante — todos esses, que foram os primeiros a dar o passo que separa, que desliga o homem das amarras primeiras, dos terrores sem fundo, das fascinações totais; todos esses abriram, talvez inocentemente,

a brecha irreductível onde nasce o Outro, que o mundo não conhece.

Chegados tarde, sonhamos voltar atrás. Mas não podemos fazê-lo; não podemos senão avançar cada vez mais. Mas avançar, irmão, ir cada vez mais longe, é voltar a abrir as portas do grande abismo! Teremos assim que remontar até Noé, até antes do arco íris que traça a primeira aliança? Teremos que remontar até à criação do mundo?

Porque é isso que os homens de hoje esquecem, à força de terem aprendido tantas coisas: esquecem que ir mais longe, verdadeiramente mais longe, é voltar ao começo, é tactear a noite da origem, é refazer as experiências mais elementares e mais arcaicas que já algum dia foram feitas.

Vai ser necessário viver a criação do mundo — uma segunda vez!

*Maurice Bellet
in «Le lieu du combat»
Desclée, Paris 1976*

Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; estrangeiro 180\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.º António dos Capuchos, 4, 5.º, Lisboa. Composição e impressão: Silvas — Coop. de Trab. Gráficos, scrl.